

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RELATO DO TEMA 3: COMPROMISSO SOCIAL E INOVAÇÃO

Mesa/Eixo Temática: Compromisso Social e Inovação

Presidente/Coordenador: Prof. Hégio Henrique Casses Trindade

Conferencista: Prof. Alex Fiúza de Melo

Conferencista: Prof. Ricardo Henriques

Relator: Ana Maria de Almeida Ribeiro

Descrição dos pontos focais expostos pelo coordenador/comentarista: Prof. Héglio Henrique Casses Trindade

O Prof. Helgio Trindade abriu os trabalhos saudando os presentes, e inicia a coordenação da mesa destacando que a mesma propicia estabelecer o nexo entre os cenários apresentados e possibilita preparar a participação do Brasil em Paris. Propõe irmos além constatando que somos capazes de incorporar os grandes princípios levantados na conferencia anterior. Destacou que varias falas situaram a problemática no contexto político e social brasileiro, tendo o representante da IESALC apresentado um belo diagnostico da situação da educação da América Latina. Destaca o fato de que em alguns países priorizaram a universalização do acesso (Argentina) e a autonomia, onde as universidades não tem nenhuma relação com os ministérios. No Brasil, considera que a opção foi pela elitização da universidade. Deste modo destaca que a democratização do acesso é o tema principal para o Brasil, assim como a flexibilização do modelo/estrutura, devendo repensá-la de uma forma radical.

Com relação ao Tema 3, compromisso social e inovação destaca a tarefa de reinventar, inovar dentro de instituições conservadores, e que isso não é tarefa fácil. Criar bem e implementar bem, para não existir dissociação entre os objetivos e a sua execução. Apresenta os conferencista desta mesa afirmando de que estamos diante de dois atores que agiram na estrutura, com experiências concretas e que portanto, somos capazes de realizar inovações.

Prof Alex responsável pela reestruturação da segunda maior universidade do país, a UFPA. O Prof. Henriques como secretario nacional no MEC acompanhou a discussão sobre das cotas e das diversidades. Recuperando a Reforma de Córdoba, destacou que em Paria, este tema se transformou em “pertinência social” , mas que considera ser a mesma coisa. Destacou a importancia em pensar o equilíbrio entre pertinência – qualidade – equidade, não há qualidade sem pertinência, não vamos discutir qualidade no abstrato, vamos estabelecer esse equilíbrio – outros pretendem falar só de excelência acadêmica (os que queriam diferenciar a plebe da academia) que não entenderam o papel da universidade. Precisamos romper essa estrutura burocrática, hoje na sociedade

do conhecimento. Uma das formas de alavancar este processo é o cooperação solidária entre os países e entre as instituições. Uma universidade da AL tem que ser construída em conjunto e não o Brasil impor o seu modelo, temos que respeitar o conhecimento compartilhado. Sem inovação, sem criatividade nós não avançaremos também.

A inovação só se dará quando houver uma relação orgânica entre a sociedade e o setor produtivo. Exemplifico a Alemanha, em que o sindicato fala em ciência e da reestruturação produtiva, sendo hoje uma necessidade este debate também entre os trabalhadores.

Por fim destacou a importância da criação de um conselho de integração sociedade e universidade. Não podemos perder de vista que esta inovação não está dissociada da pertinência social. É com este espírito e com este olhar que o CNE convocou este encontro.

Descrição dos pontos focais expostos pelo conferencista: Alex Fiúza de Melo

O Prof. Alex Fiuza iniciou sua explanação informando que o texto que seria apresentado intitulado “por uma universidade socialmente relevante”, é de autoria coletiva, com Prof. Renato Janine e Prof. Naomar (UFBA). Um texto propositivo com uma proposta de política pública.

O conferencista apresentou citações de Eliot e de sua construção com consequências para a universidade em que os temas: saber, sabedoria, conhecimento e informação se inter-relacionam. Aponta o enorme desafio em construir um projeto que, mais que a informação e o conhecimento, requer a sabedoria, a interpretação e, portanto é político. A reinvenção do Brasil supõe um choque de educação em todos os níveis.

Este projeto deverá ter três dimensões: 1ª- Padrão de qualidade compatível com as necessidades brasileiras; 2ª- Universalidade do acesso a todos e todas que demonstrarem aptidão e vocação; 3ª- Desenvolver uma universidade com comprometimento orgânico capaz de contribuir para a resolução dos problemas sociais.

A universidade brasileira precisa, além de sua relevância científica, deve mostrar sua **pertinência social**, superação do analfabetismo, da miséria crônica, faz parte de sua função. A Universidade por não ser empresa, deve rejeitar o papel de máquina de

competitividade, e não pode se engarrar nas ruas do mercado. Sua vocação é de ser centro de questionamento, de crítica. O conhecimento acumulado nos seus centros de estudos, laboratórios, também precisa se transformar em acesso para todos, cabe às instituições promoverem mais espaços modernos, mais abertos e engajados socialmente.

Não basta formar profissionais competentes e qualificados que podem tornar mais perversa a desigualdade social, precisamos que saiam cidadãos que ajudem no salto civilizatório, comprometidos em acabar com as desigualdades sociais. Como fazer isso?

A construção do conhecimento que situe o aluno entre teoria+realidade, profissional+compromisso social, superar o modelo dicotômico existente. Conhecimentos e interesses, convivências e práticas sociais, desiguais e combinados, este sujeito epistemológicos – artes, ciências, humanidades – envolvem novos paradigmas para viabilizar uma função transformadora.

Proposta de **atividades acadêmicas voltadas para atividades sociais** – extensão – alguns cursos já incorporam, os estágios supervisionados, mas podem transcender o previsto no curso. Defende que seja **Atividade Obrigatória Curricular**, romper o “aulismo”, o “conteudismo”. Projetos globais e institucionais, nenhum desses projetos pode ser partidário ou partidarizado, mas todos devem contribuir para o desenvolvimento. A Extensão passa a ser um dos principais referenciais de formação.

Modalidade de Estágio Social Obrigatório: Atividade curricular em comunidade (ACC) e Atividade curricular em instituição (ACI)

Envolvimento efetivo de nossos estudantes nas questões sociais, conjugar com ambientes pedagógicos mais promissores que permitam o saber crítico e autônomo para construção de uma **universidade pública socialmente relevante**. Para tal, deverá ter carga horária regular – prevista no PPC com atividades programadas; precisa mudar a mentalidade do professor. O estudante que entra na universidade pública é sustentado pelo dinheiro público e não dá nenhum retorno à população, ao público.

- 1) Pelo menos 10% dos estudantes devem se engajar em projetos sociais, mudando as mentalidades dos futuros profissionais, trazendo a responsabilidade pelos problemas brasileiros;

- 2) Vínculos orgânicos entre sociedade e universidade – que discuta e defina as linhas de pesquisa, finalidade é a contribuição para **uma reforma universitária mais substantiva, mais radical e menos corporativa, mas socialmente comprometida.**

Descrição dos pontos focais expostos pelo Conferencista: Prof. Ricardo Henriques

O conferencista inicia defendendo a necessidade de construir uma agenda discussão dentro do contexto de desigualdade brasileira, visão cara a Anísio Teixeira, uma agenda que não aponte divorcio da pós-graduação e a educação infantil.

O Prof. Henriques trouxe, também, duas citações: “não há lugar neutro ou natural na educação” e “a educação é sempre uma questão moral”. Não há neutralidade e não podemos desconsiderar que estamos no campo da moral. Outra citação, do teatrólogo Nelson Rodrigues: “subdesenvolvimento não se improvisa, é uma obra de séculos”, neste aspecto a saída não pode ser uma soma de “achismos” e boas idéias. Não se pode improvisar. **Acelerar o tempo histórico**, este é um dos pontos centrais.

Afirma que universidade brasileira está na origem da desigualdade brasileira. Os gráficos apresentados mostraram as diferenças na escolaridade (ingresso, permanência, conclusão) nos vários níveis de ensino e entre brancos e negros. Com isso o conferencista destaca **como a sociedade brasileira naturalizou sua relação com a desigualdade**. A educação brasileira é eficiente pois todas as gerações seguintes são superiores em termos de elevação de escolaridade, da geração anterior, mas a distância se mantém. Compara a escolaridade, raça, pobreza, condições de habitacional, regiões (BR) mostrando a diferença entre o mundo da população branca e da negra. Educação de qualidade para todos – matriz, perspectiva de desenvolvimento. Destaca a confusão entre desenvolvimento com crescimento econômico, que este pode aumentar e ou perpetuar a desigualdade, e que no campo educacional fica mais irracional.

Prof. Henriques analisou que, do ponto de vista das políticas públicas, transformar a pobreza no principal alvo de ações públicas, ou seja, deslocar o eixo da agenda pública para a pobreza, não se age sobre a desigualdade. Com isto o conferencista constata que talvez a qualidade da educação não seja desejada por parcela da sociedade brasileira que naturalizou a desigualdade. Também criticou o reducionismo de políticas

diferencialistas, à política de cotas que cria estigmas. Afirma ainda que acabar com as diferenças gera igualdade, mas isso é consistente em uma sociedade em que a igualdade é constitutiva do ideário (sociedade francesa). Isso não pode se reduzir a acabar com as diferenças. Numa sociedade heterogênea como a brasileira buscar a igualdade apagando-se as diferenças gera perversão. Apagar as diferenças = desconsiderar os diferentes.

Chama a atenção para as conseqüências de evasão escolar no caso de não se considerar as características individuais no processo de educação. Por outro lado, o que faz com que as escolas de elite de SP sejam de qualidade é porque lá estão os iguais, pois se indivíduos diferentes lá estivessem, ela talvez não fosse de qualidade. As escolas da maioria, porém, são desiguais e apresentam três características: 1) naturalização do fracasso escolar; 2) “desresponsabilização” da escola sobre o fracasso escolar atribuindo tudo às contingências sociais e; 3) Privatização do espaço público através do Diretor. A escola cria amarras em suas crianças com seus conteúdos enciclopédicos e desconsiderando seus interesses oferecendo-lhes uma educação descomprometida com sua realidade. A maior violência do ambiente escolar é a indiferença frente ao outro. O silêncio que não reconhece o outro, não dialoga e não reconhece as diferenças. O mercado necessita de jovens que saibam trabalhar em equipe, mas a escola não os prepara para isso. Em nome de passar conteúdos, desconsideram-se as diferenças. Boas pessoas, bem intencionadas do lado do bem são necessárias, mas não suficientes. Há necessidade de projetos e de levá-los adiante. A Universidade se divorcia do ensino básico porque pensa que dele não necessita. O “isolacionismo” da Universidade é e expressão da exclusão. Trazer a desigualdade para o centro do palco faz com que a partir da diferença poderemos reduzir a desigualdade. Não é reduzindo a pobreza que reduziremos de forma sustentada a desigualdade, mas o contrário.

Democratização \leftrightarrow qualidade \leftrightarrow equidade \leftrightarrow aprendizagem.

Isso depende de:

Democratização	Equidade	Qualidade
Acesso	ciclos de vida	Atores: alunos, professores, funcionários e família
Permanência	fragmentação social	
		Processos: gestão,

Sucesso	diversidade: regional, etnicoracial, gênero, cultural	participação, monitoramento Conteúdo: mérito, relevância, e avaliação.
---------	---	--

O Conferencista concluiu com a seguinte frase: “Chega de improviso – precisamos acelerar a história”

Descrição dos principais temas debatidos, retratando as questões que ocuparam o centro dos comentários

Analfabetismo funcional – as elites não se escandalizam? Ao que parece, até o momento não. As elites que sempre brigaram pelo poder no Brasil nunca tiveram um projeto de sociedade alternativa, portanto nunca tiveram um modelo de escola. No momento as escolas e Universidades no Brasil, ao contrário de ser parte da solução dos problemas do Brasil, são parte do problema. No futuro o desenvolvimento do país será medido pela capacidade cognitiva de um povo. Isso se aplica também às elites brasileiras que não conseguem perceber isso. O TCU está inviabilizando a Universidade Brasileira. Há muitas formas de ditadura inclusive a jurídica. Nós (nossa cultura) somos parte do problema e temos que pensar nisso e buscar mudanças. É muito fácil dominar excluídos e analfabetos. (Prof. Alex Fiuza)

A educação é suficiente para reduzir desigualdade? - Não. É condição necessária, mas não suficiente. São necessários mínimos de equidade social para educar. É impossível gerar uma sociedade dinâmica diante do analfabetismo. O problema não é que o Brasil hoje se encontra mal em ciência e tecnologia no panorama mundial, mas é que os países que estão bem estão melhorando rapidamente. A distância entre o Brasil e esses países vai aumentando rapidamente. Hoje, na reconfiguração do séc. XXI talvez estejamos em trajetória suicida se não vincularmos a educação superior à básica. Hoje não temos políticas de integração de projetos de pesquisa realizados no Brasil à realidade do nosso país. A década de 70 pode ser considerada perdida porque frente às condições que se tinha na época, mesmo levando em conta a ditadura militar, não se fez um processo de massificação da qualidade de ensino (Prof. Ricardo Henriques)

Como viabilizar internatos sociais considerando as especificidades das IES? Como fazer isso sem recursos? Como capacitar os professores? Como fazer isso sem ficar refém das empresas de fomento a pesquisa? Tais iniciativas têm que constar do Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso. O aluno não tem que ganhar bolsa para ir para os estágios sociais nem para a iniciação científica. Formar um médico para o SUS é resgatar o tipo de profissional que o país precisa. Acredita que estas iniciativas provavelmente terão que ser induzidas pelo Estado para serem plenamente implementadas, mas não há nada que impeça que, frente a estas reflexões, as IES repensem sua organização. O Brasil liderou, e ainda hoje lidera, o conservadorismo burocrático que nos impede de avançar. Temos hoje palácios da Justiça cercados de analfabetos funcionais. As decisões políticas e as opções das nossas elites levaram o Brasil ao subdesenvolvimento. Porém se não lutarmos contra o analfabetismo funcional hoje estaremos condenando nossos filhos e netos a viver em um país subdesenvolvido. A configuração do saber mundial levará a uma exigência cognitiva da população à qual provavelmente não estaremos à altura. (Prof. Alex Fiuza)

Responsabilidade pública e regras – Existem iniciativas isoladas que, independente de regras, são inovadoras. Mas como reproduzi-las em massa? É preciso ancorar o regime de colaboração ensino superior/ ensino básico em metas. Tais metas implicarão em prêmios. Um bom sistema de mensuração mede resultado para lutar contra as desigualdades. A cota é essencial porque sinaliza para a sociedade que é possível romper os preconceitos e transformar o futuro destes jovens. Escolas unidocentes multisseriadas no campo aqui no Brasil mostram um empilhamento de séries onde o professor no mesmo espaço apresenta conteúdos de séries diferentes, quando este professor não é formado para isso. Isso é mais um mecanismo de formação de analfabetos funcionais que acontece também na periferia dos grandes centros. Nesse contexto, a expectativa de mobilidade social e espacial destas crianças é quase nula. (Prof. Ricardo Henriques)

Comentários Finais Coordenador/Moderador – Prof. Hélgio Trindade

Aqui tivemos duas exposições que revelaram indignação e análise, denúncia e propostas. O choque de discussão de temas tão inquietantes, mas apresentados com tanta coragem nos deixará impregnados. Se Paris ganhará com as propostas aqui

apresentadas não sabemos, mas este Conselho certamente se deixará impregnar desta discussão. Estamos em um momento particularmente importante para o CNE que está plenamente comprometido com a melhoria da educação, tanto básica como superior, e muito tem a aprender a partir do diálogo com a sociedade.

As principais propostas elaboradas

- 1) **por uma universidade socialmente relevante.** Este projeto deverá ter três dimensões: 1ª- Padrão de qualidade compatível com as necessidades brasileiras; 2ª- Universalidade do acesso a todos e todas que demonstrarem aptidão e vocação; 3ª- Desenvolver uma universidade com comprometimento orgânico capaz de contribuir para a resolução dos problemas sociais. A universidade brasileira precisa, além de sua relevância científica, deve mostrar sua **pertinência social**

- 2) Proposta de **atividades acadêmicas voltadas para atividades sociais** – extensão – alguns cursos já incorporam, os estágios supervisionados, mas podem transcender o previsto no curso. Defende que seja **Atividade Obrigatório Curricular**, romper o “aulismo”, o “conteudismo”. Projetos globais e institucionais, nenhum desses projetos pode ser partidário ou partidarizado, mas todos devem contribuir para o desenvolvimento. A Extensão passa a ser um dos principais referenciais de formação. **Modalidade de Estágio Social Obrigatório: Atividade curricular em comunidade (ACC) e Atividade curricular em instituição (ACI).** Com carga horária regular – prevista no PPC com atividades programadas; precisa mudar a mentalidade do professor; estudante que entra na universidade publica é sustentado pelo dinheiro publico e não dá nenhum retorno a população, ao publico. Pelo menos 10% dos estudantes devem se engajar em projetos sociais, mudando as mentalidades dos futuros profissionais, trazendo a responsabilidade pelos problemas brasileiros; Vínculos orgânicos entre sociedade e universidade – que discuta e defina as linhas de pesquisa, finalidade é a contribuição para **uma reforma universitária mais substantiva, mais radical e menos corporativa, mas socialmente comprometida.**

- 3) **Acelerar o tempo histórico**, este é um dos pontos centrais. Ao identificar **como a sociedade brasileira naturalizou sua relação com a desigualdade a defesa por DESNATURALIZAR esta relação;**

Dados da Relatora:

Ana Maria de Almeida Ribeiro

Técnica em Assuntos Educacionais/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Membro do Conselho de Ensino de Graduação (CEG)/Presidente da Comissão de Vestibular do CEG

ribeiro@acd.ufrj.br

celular (21) 9624 6956

UFRJ (21) 2562 2618

Residencial (21) 3079 3259